



Estado de Sergipe
Município de Japoatã
Prefeitura Municipal de Japoatã

CONTRATO Nº 39/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JAPOATÃ E A EMPRESA SOMAR - APOIO E CAPACITAÇÃO A GESTÃO PÚBLICA LTDA.

O **MUNICÍPIO DE JAPOATÃ, ESTADO DE SERGIPE**, por intermédio de sua Prefeitura, inscrita no CNPJ sob nº 13.115.910/0001-61, com sede à Praça da Matriz nº 467, Centro, Japoatã/SE., doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, o senhor **CLAUDIO DINISIO NASCIMENTO**, brasileiro, maior, portador do R. G. Nº 1048245 SSP/SE, inscrito no CNPF/MF nº 533.447.905-87 doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **SOMAR - APOIO E CAPACITAÇÃO A GESTÃO PÚBLICA LTDA inscrita CNPJ 04.497.198/0001-11**; estabelecida a Rua Tenisson Ribeiro nº 552, Bairro Salgado Filho, CEP 49.020-370, Aracaju/SE **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seu ato constitutivo, pelo senhor **MARCELO VIEIRA SANTOS**, brasileiro, natural de Aracaju/SE, maior, Empresário, casado em comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade nº 1.323.873 SSP/SE e CPF nº 034.048.734-83, tendo em vista o que consta da Inexigibilidade nº 19/2023, têm entre si, ajustado o presente contrato de prestação de serviços.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a **Prestação de serviços de consultoria e assessoria em gestão de convênios e contratos de repasses, para atender as necessidades deste município**, conforme Projeto Básico e a Proposta de Preços em anexo.

- a) Os objetivos a serem atendidos são: a necessidade de acompanhamento dos recursos federais destinados ao município de Japoatã, seja através de emendas parlamentar, contrato de repasse, transferências voluntarias etc visando, a correta aplicação dos destes, de forma a evitar mau uso da verba ou ainda uso indevido;
- b) Gerenciar, orientar, monitorar e acompanhar na elaboração da prestação de contas dos recurso recebidos, gastos ou em conta;
- c) Fazer relatórios ou pareceres a cerca de procedimentos ou medidas legais e regular a serem desenvolvidos pela gestão;
- d) Informes, mensais, ou anual quaisquer que sejam necessários para prestar contas juntos aos prestação de contas, acompanhamento aos órgãos: Caixa Econômica Federal, Mistérios, OBTV, CAUC/SIAFI, SISMOB, SICONV, **PLATAFORMA + BRASIL e etc**;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, visando à perfeita consecução do objeto e na forma da Cláusula Quinta deste Contrato.



Estado de Sergipe
Município de Japoatã
Prefeitura Municipal de Japoatã

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
(art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

Pela prestação dos serviços descritos no Projeto Básico a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância mensal de **R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)**, perfazendo o valor global de **R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)**.

Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais da prestação de dos serviços. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolo da Contratante, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de fornecimento, com o respectivo termo de recebimento, atestada pelo setor da Secretaria demandante responsável pelo recebimento do objeto; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, Receita Federal do Brasil (RFB) /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e FGTS.

I. Na hipótese de estarem os documentos descrito no parágrafo acima com a validade expirada, aplicar-se-á o disposto na Resolução nº 300/2016/TCE/SE;

II. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

III. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

IV. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

V. Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram deste Contrato inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

VI - Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.

VII - No caso de atraso de pagamento será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

VIII - Nestes preços estão inclusas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses a partir da data da sua assinatura do referido contrato, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

Os serviços deverão ser executados na sede da CONTRATADA, em conformidade com o Projeto Básico e Proposta apresentada, e o seu recebimento dar-se-á de acordo com o disposto no art. 73, I, a e b, da Lei nº. 8.666/93.



Estado de Sergipe
Município de Japoatã
Prefeitura Municipal de Japoatã

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento de 2023 deste município ou o vigente quando da contratação, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1305 – Secretaria Municipal de administração.

PROJETO ATIVIDADE: 2143 – Manutenção da Secretaria de Administração.

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ

FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não vinculados de imposto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

5.1. – Da Contratante

- a) É de responsabilidade da contratada providenciar o local para a execução dos referidos serviços;
- b) Pagar à contratada o valor constante da cláusula segunda, deste contrato.

5.2. – Da Contratada

- a) Comparecer na Prefeitura em dias a ser ajustado em conjunto com a Contratante;
 - b) Manter durante a execução do contrato, todas as obrigações por ela assumidas na proposta;
 - c) Comparecer na Prefeitura em dias a ser ajustado em conjunto com o Prefeito Municipal;
 - d) Manter durante a execução do contrato, todas as obrigações por ela assumidas na proposta;
 - e) **Gerenciar**, supervisionar os convênios e contratos de repasses e financiamentos firmados com a Caixa. Os profissionais são designados pela contratada, de forma a garantir velocidade à execução dos projetos;
 - f) Prestar os serviços especializados nas áreas previstas na Cláusula Primeira deste contrato.
 - g) Assessorar os engenheiros ou demais envolvidos deste órgão: sobre dúvidas, Obras Plataforma +Brasil, Projeto de engenharia, Licitação, lançamento de VLPL, lançamento de Instrumentos Contratuais, Cadastro Empresas e Medições, Ateste dos Serviços Concluídos, Medição Conveniente, lançamento de Notas Fiscais, Pagamento pela Plataforma, Recolhimento de tributos na fonte, Relatórios de Execução.
 - h) Subsidiar ou executar no que couber, nas fases de Captação de Recursos, Celebração, Execução, Fiscalização, Prestação de Contas parcial, final e Tomada de Contas Especial), de acordo com o Dec. 6.170/07, Portaria Interministerial 424/16 e detalhamento das alterações
- Portaria 558/2019
- + CADASTRO PRÁTICO DO PROJETO BÁSICO.



Estado de Sergipe
Município de Japoatã
Prefeitura Municipal de Japoatã

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I - advertência;

II - multa de até 20% (vinte por cento) do valor da adjudicação no caso de inexecução total ou parcial do contrato e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor da respectiva Nota de Empenho, o que não impedirá, a critério da contratante, a aplicação das demais sanções a que se refere este item, podendo a multa ser descontada dos pagamentos devidos, ou cobrada diretamente à contratada, amigável ou judicialmente.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

V - A Contratada que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.



Estado de Sergipe
Município de Japoatã
Prefeitura Municipal de Japoatã

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos da Inexigibilidade nº 19/2023 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que o originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

I - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução no contrato com as normas especificadas, bem como se os procedimentos são adequados a garantir a qualidade desejada;

II - Não obstante a futura Contratada seja a única responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma, restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e complexa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados;

III - A ação da fiscalização não exonerará a futura Contratada das responsabilidades contratualmente assumidas.

IV - Será designado o gestor e o fiscal do contrato, conforme determina a resolução 296/16 do TCE.



Estado de Sergipe
Município de Japoatã
Prefeitura Municipal de Japoatã

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO (Art. 55, §2º, Lei nº. 8.666/93)

As partes contratantes elegem a Comarca do município de Japoatã, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Japoatã (SE), 27 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA MUN. DE JAPOATÃ

**SOMAR - APOIO E CAPACITAÇÃO A
GESTÃO PÚBLICA LTDA**

MARCELO VIEIRA

SANTOS:034048734

83

Assinado de forma digital por
MARCELO VIEIRA
SANTOS:03404873483
Dados: 2023.02.27 19:10:06 -03'00'

Cláudio Dinisio Nascimento
Prefeito Municipal

MARCELO VIEIRA SANTOS
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

1. Letícia Gomes Vieira Silva CNPF/MF 084.949.875-08

2. Luiz Henrique Gomes CNPF/MF 035.150.005-77